

SELEÇÃO DE ESTÁGIO EM DIREITO

**PROVA
OBJETIVA**

Direito Constitucional
Direito Penal
Direito Processual Penal
Direito Processual Civil

Instruções

01. Escreva seu nome de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
02. A prova terá duração de 4(quatro) horas, incluído o tempo para o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS.
03. Ao receber a autorização do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita após iniciada a prova.
04. Verifique se este caderno de provas contém 40 questões, numeradas de 1 a 40.
05. Para cada questão há cinco opções: A, B, C, D e E. Apenas uma está correta.
06. Leia cuidadosamente cada uma das questões e marque a opção de sua escolha. Esta resposta deve ser assinalada na FOLHA DE RESPOSTAS que será entregue após 1(uma) hora do início da prova.
07. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões são representadas pelos seus respectivos números. Preencha completamente com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas, conforme o exemplo:



08. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda, rasura, uso de corretivo ou para qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
09. Não esqueça de assinar o CARTÃO DE RESPOSTAS.
10. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tablet, celular, page, etc.).
11. Ao final da prova há um Gabarito Rascunho, no qual o candidato poderá, se assim o desejar, anotar suas respostas para comparação com o Gabarito Oficial, quando de sua divulgação.
12. Ao terminar a prova, entregue este CADERNO DE PROVAS e o CARTÃO RESPOSTAS ao Fiscal de Sala

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Sobre direitos e garantias fundamentais, marque a alternativa correta relacionada às assertivas abaixo:

- I- uma das principais distinções entre os direitos fundamentais e os direitos humanos, segundo o Direito Constitucional brasileiro, está na positivação dos primeiros no ordenamento nacional;
- II- os direitos fundamentais admitem renúncia, cujo exemplo é a propriedade, daí porque a irrenunciabilidade não é considerada um de seus atributos;
- III- o reconhecimento de uma prova como ilícita impede o aproveitamento dos demais atos praticados no curso do procedimento administrativo ou penal em que fora produzida; nesse caso, deve ser instaurado novo procedimento para consideração do fato probando e produção das demais provas, ainda que com aquela não guardem relação;
- IV- a ação popular somente pode ser proposta por brasileiros natos.

- a) todas as opções estão corretas;
- b) as opções II e IV são as únicas corretas;
- c) as opções III e IV são as únicas corretas;
- d) apenas a opção I está correta;
- e) não nenhuma opção correta.

2. Sobre as garantias e vedações da Magistratura e do Ministério Público, marque a assertiva correta:

- a) a obrigação de o juiz titular residir na respectiva Comarca hoje resta flexibilizada devido os avanços tecnológicos promovidos pelos sistemas informatizados, que possibilitaram, inclusive, que magistrados e partes realizassem audiências remotas durante o estado de pandemia;
- b) poderá haver férias coletivas nos juízos e tribunais, desde que seja garantido o acesso dos jurisdicionados aos magistrados plantonistas;
- c) em nenhuma hipótese o juiz pode perder o cargo por decisão proferida em procedimento administrativo disciplinar;
- d) os membros do Ministério Público podem ser removidos, por interesse público e de ofício, por decisão da maioria absoluta do Conselho Nacional do Ministério Público;
- e) os membros do Ministério Público só podem exercer cumulativamente um único cargo ou função de magistério, seja público ou privado.

3. Julgue as assertivas para ao final marcar a opção correta:

- I- a ponderação entre direitos fundamentais pode ser feita tanto no plano abstrato, mediante a escolha do legislador, como no caso concreto, por decisão jurisdicional;
- II- a legislação infraconstitucional não pode limitar ou condicionar a garantia de acesso à jurisdição ao ponto de comprometer a eficácia dos direitos tutelados;
- III- não compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle do cumprimento dos deveres funcionais dos membros do Ministério Público, tarefa que cabe apenas às corregedorias dos respectivos ramos do MP;
- IV- a prorrogação de quebra de sigilo de conversações telefônicas já autorizada por uma primeira decisão judicial é ato de mero expediente e pode ser praticada isoladamente pelos servidores da Justiça;

- a) todas as opções estão incorretas;
- b) as opções I e II são as únicas corretas;
- c) as opções III e IV são as únicas corretas;
- d) apenas a opção II está correta;
- e) nenhuma opção correta;

4. Marque a alternativa incorreta sobre o processo legislativo:

- a) será possível a reedição de medida provisória que, na mesma legislatura, perdeu sua eficácia por não ter sido convertida em lei no prazo devido;
- b) as medidas provisórias não podem versar sobre matéria tratada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de apreciação pelo Presidente da República;
- c) os projetos de lei de iniciativa exclusiva do Poder Executivo que digam respeito a vantagens a servidores públicos não podem passar por emendas pelo Poder Legislativo de que decorram aumento de despesas;
- d) são de iniciativa privativa do Presidente da República projetos de lei que disponham sobre matéria tributária e orçamentária;
- e) os projetos de emenda constitucional não podem ser apresentados por iniciativa popular.

5. Assinale a opção correta:

- a) os tratados internacionais, ao ingressarem no ordenamento jurídico, sempre ostentam o *status* de leis complementares;
- b) de acordo com o princípio da publicidade que rege os atos estatais em geral e os julgamentos do Poder Judiciário, o acesso aos processos judiciais só poderá ser restringido quando necessário a preservação da intimidade das partes;
- c) o CNJ pode propor a criação de novas varas judiciárias;
- d) de acordo com a Constituição Federal, é vedada a pena de morte em quaisquer situações;
- e) compete ao Conselho Nacional do Ministério Público dirimir os conflitos de atribuição entre órgãos do Ministério Público Federal e Estadual, segundo a jurisprudência do STF.

6. Marque a alternativa correta:

- a) a fiscalização e a análise de contas de quaisquer recursos geridos pelos municípios compete apenas às câmaras municipais e tribunais de contas dos municípios ou dos Estados, onde aqueles não existirem;
- b) as ações de ressarcimento ao erário por ato ilícito praticado por servidor público são prescritíveis;
- c) o advogado pode ter acesso aos autos, ainda que sigilosos, desde que se tratem de elementos probatórios já concluídos e documentados que digam respeito à pessoa do seu cliente;
- d) o Poder Judiciário pode conferir aumento a servidores públicos não abrangidos por lei concessiva de aumento para categorias profissionais distintas, por violação ao princípio da isonomia;
- e) o secretário estadual será julgado pelo Tribunal de Justiça pela prática de crime doloso contra a vida se a respectiva Constituição Estadual atribuir àquele tribunal a competência para o julgamento criminal da referida autoridade, segundo o STF.

7. Sobre a competência dos tribunais e juízes federais, assinale a opção correspondente ao julgamento das assertivas abaixo:

- I- no decorrer de um processo em curso na Justiça Estadual, quando houver suscitação da competência da Justiça Federal, caberá ao juiz federal aferir a presença do interesse federal e decidir sobre sua própria competência;
- II- compete aos tribunais regionais federais julgar os juízes federais e membros do Ministério Público da União pela prática dos crimes eleitorais;
- III- não cabe aos tribunais regionais federais julgar os *habeas corpus* quando a autoridade coatora

for exclusivamente delegado federal;

IV- a competência civil para processar a ação de improbidade administrativa relacionada a irregularidades na gestão de recursos públicos, tal como se dá com a competência criminal para processar e apreciar os mesmos fatos, é determinada apenas em função do prejuízo a bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas;

- a) todas as opções estão corretas;
- b) as opções I e II são as únicas corretas;
- c) as opções III e IV são as únicas corretas;
- d) apenas a opção II está correta;
- e) as opções I e III são as únicas corretas;

8. Sobre o meio ambiente, assinale a alternativa correta:

- a) o poder público deve definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e componentes a serem especialmente protegidos, mediante a criação de unidades de conservação;
- b) o estudo de impacto ambiental para instalação de atividade potencialmente degradadora do meio ambiente pode ser substituído, a critério do poder público interessado, por relatório ambiental simplificado, independente da dimensão de seu impacto;
- c) a responsabilidade por dano ambiental é subjetiva e pressupõe a demonstração de culpa de seu infrator;
- d) *in dubio pro natura* não é um princípio inerente à tutela do meio ambiente;
- e) a pessoal jurídica responde apenas civilmente pelos ilícitos causados ao meio ambiente, sendo apenas as condutas de seus dirigentes passíveis de responsabilização penal.

9. Marque a alternativa correta:

- a) o princípio da dignidade da pessoa humana significa apenas que o Poder Público deve se abster de adotar condutas comissivas que porventura violem a dignidade do ser humano;
- b) a inconstitucionalidade por omissão se refere à inércia na execução de atos administrativos;
- c) as normas constitucionais programáticas são aquelas que têm por objeto estruturar e disciplinar o exercício do poder político;
- d) o rol de direitos fundamentais previsto no art. 5º da Constituição Federal não é taxativo;
- e) soberania e autogoverno são princípios que caracterizam os estados-membros da Federação brasileira.

10. Assinale a alternativa correta:

- a) o benefício do prazo em dobro conferido à fazenda pública para a prática de atos processuais viola o princípio da isonomia;
- b) de acordo com a garantia fundamental do juiz natural, apenas as sentenças necessitam ser proferidas pelo juiz competente; logo, a decisão de recebimento da denúncia proferida por juiz incompetente não precisa de ratificação;
- c) o jornalista não é obrigado a informar a fonte de determinada matéria relacionada ao seu trabalho quando ele puder restar prejudicado em função dessa revelação;
- d) o princípio da duração razoável do processo judicial e administrativo não autoriza o trancamento de inquéritos policiais com excessiva duração, segundo a jurisprudência do STF;
- e) uma matéria jornalística cujo conteúdo seja capaz de causar dano a outrem não poderá ser exibida, considerando o direito fundamental à inviolabilidade da honra e imagem.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

11. Sobre o inquérito policial, marque o item correto:

- a) Nos crimes de ação penal pública incondicionada, o inquérito policial pode ser aberto de ofício pela autoridade policial ou mediante requisição da autoridade judicial, não sendo permitido ao Ministério Público requisitar a abertura.
- b) Arquivado o inquérito policial, este jamais poderá ser desarquivado, devendo ser iniciada uma nova investigação em caso de surgimento de novas provas sobre os fatos.
- c) O Supremo Tribunal Federal admite o trancamento de investigação criminal por excesso de prazo, sob o fundamento da duração razoável do processo, ainda que o crime não esteja prescrito.
- d) Não sendo encontrados elementos de convicção para oferecimento da denúncia no inquérito policial, como regra, deve o Ministério Público promover seu arquivamento perante a autoridade judiciária competente.
- e) Da decisão do Ministério Público que determina o arquivamento de inquérito policial, não é cabível recurso ou apresentação de razões contra o arquivamento por parte da vítima em caso de crime de ação penal pública incondicionada.

12. Sobre a competência no processo penal, marque o item correto:

- a) Os crimes dolosos contra a vida serão sempre julgados pelo tribunal do júri, por se tratar de competência fixada pela Constituição Federal, não podendo essa competência ser restringida por Lei Ordinária.
- b) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar originalmente seus Ministros nos crimes comuns e de responsabilidade.
- c) Segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, compete a este tribunal julgar todos os crimes comuns praticados por Deputados e Senadores.
- d) É absoluta a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção, podendo o juízo reconhecê-la de ofício.
- e) É nula a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do júri sem audiência da defesa.

13. Sobre o processo penal, marque o item correto:

- a) Para oferecimento de denúncia, deve o Ministério Público necessariamente aguardar a conclusão do inquérito policial, com apresentação de relatório pela autoridade policial.
- b) O prazo de intimação no processo penal conta-se da juntada dos autos ou mandado.
- c) Tanto a falta de defesa quando a defesa deficiente constituem nulidade absoluta.
- d) Quando desconhecido o lugar onde ocorreu a infração penal e tendo o réu mais de uma residência, a competência será fixada pela continência.
- e) Na vigência da Constituição Federal de 1988, compete à Justiça Estadual Comum o processo por contravenção penal, ainda que praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades.

14. Sobre a prisão, as medidas cautelares e liberdade provisória, marque o item correto:

- a) O juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, sempre determinará a intimação da parte contrária, para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, acompanhada de cópia do requerimento e das peças necessárias, permanecendo os autos em juízo.
- b) Em qualquer fase da investigação policial e do processo penal, mesmo após sentença condenatória, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- c) As medidas cautelares previstas no Código de Processo Penal visam a garantia do processo, sendo seu rol taxativo em decorrência do princípio da legalidade.
- d) As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial, mediante requerimento do Ministério Público ou de ofício.
- e) A audiência de custódia deve ser realizada no prazo máximo de até 24 após o juízo receber o auto de prisão em flagrante.

15. Sobre os procedimentos penais, marque o item correto:

- a) O Código de Processo Penal somente admite a acareação entre testemunhas, mas não entre acusados em decorrência do direito ao silêncio.
- b) Segundo o STF, viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.
- c) No procedimento ordinário, a instrução terá início com a tomada de declarações do ofendido, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado, não podendo a ordem das testemunhas ser alterado em hipótese alguma.
- d) Para o STF, mandado de segurança impetrado por membro do Ministério Público contra decisão proferida em processo penal, a citação do réu como litisconsorte passivo é facultativa.
- e) a busca domiciliar pode ser decretada para prender criminosos; apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos; apreender instrumentos de falsificação ou de contrafação e objetos falsificados ou contrafeitos; apreender armas e munições, instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso; descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu; apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato; apreender pessoas vítimas de crimes; colher qualquer elemento de convicção.

16. Marque o item correto:

- a) Contra toda decisão não recorrível no processo penal é cabível *habeas corpus*.
- b) sendo aprovada lei penal mais benéfica durante a execução penal, deve o juízo da execução enviar os autos ao juízo que proferiu a sentença condenatória para que aplique a lei penal mais benéfica.
- c) Para o STJ, a superveniência da sentença condenatória não prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em *habeas corpus*.

d) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a decisão de homologação de arquivamento de inquérito admite controle judicial em casos excepcionais, quando proferida em desconformidade com o ordenamento jurídico.

e) É anulável o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro.

17. Sobre a execução penal, marque o item correto:

a) A jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal autoriza, como regra, a execução provisória de sentença penal condenatória enquanto pendente julgamento de recursos especial e/ou extraordinário, pois este recursos não possuem efeito suspensivo.

b) Segundo o STJ, o reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato.

c) Para o STJ, o benefício de saída temporária no âmbito da execução penal é ato administrativo de atribuição da autoridade administrativa do estabelecimento prisional.

d) O reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal, prescinde da instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, sendo suficiente a instauração de ação penal.

e) Tratando-se de execução penal de crime de tráfico internacional de drogas, a execução penal será necessariamente feita perante juízo federal.

18. Sobre a transação penal e a suspensão condicional do processo, marque o item correto:

a) Presentes os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, caso membro do Ministério Público se recuse a propô-la, o Juiz poderá oferecer a proposta de ofício, sendo essa decisão recorrível.

b) Para o STJ a restrição de aplicação da suspensão condicional do processo e a transação penal aos delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha é inconstitucional

c) O STF admite a suspensão condicional do processo por crime continuado se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.

d) Caso o juízo, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, atribua ao crime na sentença definição jurídica diversa, se houver possibilidade de proposta de suspensão condicional do processo, o juiz procederá de acordo com o disposto na lei.

e) Nos crimes previstos no Estatuto do Idoso, é cabível transação penal nos crimes cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos.

19. Sobre a prova no processo penal, marque o item correto.

a) Somente a parte do processo que produziu a prova ou a requereu pode utilizá-la para embasar sua argumentação.

b) Uma prova declarada ilícita no processo penal não pode em nenhuma hipótese ser usada para fundamentar uma sentença penal.

c) Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e

documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.

d) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas e o testemunho de testemunha falecida.

e) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, salvo em caso de confissão do acusado, quando poderá não ser realizado.

20. Sobre os princípios no processo penal, marque o item correto.

a) O investigado possui o direito de permanecer calado durante o inquérito policial e a ação penal, ainda que seja possível valoração desfavorável do silêncio.

b) Não viola o princípio da ampla defesa o indeferimento da oitiva de testemunha apresentada fora do prazo legal, mas isso não impede que seja ouvida como testemunha do juízo, caso presente ao ato e presente os requisitos para tanto.

c) Segundo o princípio *nemo tenetur detegere* ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo. De acordo com a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, esse princípio isenta de pena alguém que use identidade falsa com objetivo de não ser identificado, caso o usuário já responda uma ação penal.

d) O direito ao silêncio somente se aplica ao réu, não podendo uma testemunha se valer desse direito em hipótese alguma.

e) No procedimento ordinário, nomeado defensor pelo juízo, o prosseguimento da instrução do processo do acusado citado por edital não fere o princípio do contraditório.

DIREITO PENAL

21. Sobre os crimes contra a Administração Pública, marque o item correto.

a) Comete o delito de prevaricação o funcionário público que facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho (art. 334).

b) Se funcionário público, em razão do cargo que ocupa, solicitar vantagem indevida, que não chegou a receber, não está consumado o crime de corrupção passiva.

c) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

d) Comete o delito de corrupção passiva o funcionário público que exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

e) O crime de Advocacia administrativa é próprio, só podendo ser cometido por advogados regularmente inscritos na OAB.

22. Sobre o crime de moeda falsa marque a opção correta, considerando a seguinte situação hipotética: Pedro falsificou cédulas de R\$50,00 e, posteriormente, comprou mercadorias no mercantil de Júlio, pagando a este com três cédulas falsas e recebendo troco em moeda nacional autêntica. Júlio recebeu as cédulas de boa-fé. No dia seguinte, Júlio se deu conta de que havia caído

num golpe e resolveu pagar seu fornecedor Carlos com três cédulas falsas a fim de evitar seu prejuízo.

- a) Sendo o crime de moeda falsa, crime contra a fé pública, o sujeito passivo é apenas o Estado, representando a coletividade, e não a pessoa física lesada.
- b) Comete o crime de moeda falsa na modalidade culposa quem, por conta própria ou alheia, introduz na circulação moeda falsa, sem ter conhecimento da falsidade.
- c) Pedro responde por dois crimes (art. 289, caput, e art. 289, parágrafo 1º, ambos do código penal), por ter fabricado a moeda falsa e por tê-la introduzido em circulação.
- d) Júlio cometeu crime punido com detenção.
- e) Por ter recebido as cédulas de boa-fé, Júlio não responde por crime nenhum.

23. Robério, estágio do MPF, foi preso em flagrante ao subtrair uma resma de papel, cujo valor era R\$20,00, do prédio em que estagiava. O Ministério Público Federal ofereceu denúncia em face de Robério, mas o magistrado rejeitou a peça acusatória, reconhecendo a incidência do princípio da bagatela ou insignificância. O referido princípio exclui a:

- a) Ilicitude
- b) Culpabilidade
- c) Tipicidade material
- d) Tipicidade formal
- e) Punibilidade

24. Com relação à aplicação da lei penal no tempo e no espaço (lugar do delito), o Código Penal Brasileiro adotou, respectivamente, as teorias da:

- a) atividade e ubiquidade
- b) habitualidade e atividade
- c) relatividade e ubiquidade
- d) ubiquidade e atividade
- e) consumação e atividade

25. O art. 13, do Código Penal, dispõe que “O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido”. É correto afirmar que o resultado, ou seja, efeito material da conduta humana, não se aplica aos crimes:

- a) permanentes, comissivos e formais.
- b) habituais, comissivos e de mera conduta.
- c) comissivos, culposos e formais.
- d) omissivos próprios, habituais e materiais.
- e) formais, omissivos próprios e de mera conduta.

26. Sobre o erro no Direito Penal, marque o item correto.

- a) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui a culpa, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.
- b) É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.
- c) Em caso de erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado, deve-se considerar as condições ou qualidades da vítima de fato e não daquela contra quem o agente queria praticar o crime.
- d) O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá resultar em perdão judicial.
- e) Considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando não lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.

27. Sobre a extinção da punibilidade, marque o item correto.

- a) Em caso da prática de peculato, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.
- b) Praticado o crime de apropriação indébita previdenciária, é extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.
- c) Tendo em vista o princípio da utilidade do processo, o entendimento sumulado do STJ de forma excepcional admite a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética.
- d) No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade por prescrição da pena aplicada a um dos réus beneficia os demais.
- e) Extingue-se a punibilidade pela morte do agente, pela anistia, pela prescrição em perspectiva, graça ou indulto.

28. Sobre os crimes contra o patrimônio, marque o item correto.

- a) Aplica-se ao crime de estelionato a causa de aumento de pena do parágrafo 3º do art. 171 do Código Penal apenas quando vítima for integrante da Administração Direita.
- b) Em caso de utilização de documento falso para fins de prática de estelionato, o agente responderá apenas por estelionato, ficando a falsidade sempre absolvida pelo estelionato.
- c) Configura o roubo impróprio § 1º do art. 157 do Código Penal, quando o agente usa da violência ou grave ameaça não para subtrair a coisa, mas para assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa (já apoderada).
- d) O roubo distingue-se da extorsão, pois no roubo a ameaça é concomitante a subtração da coisa, enquanto na extorsão a ameaça é pretérita ao apoderamento do objeto material.
- e) No furto mediante fraude, o agente obtém vantagem ilícita mediante o induzimento ou manutenção em erro da vítima mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.

29. Sobre a Lei 9.605 que trata dos crimes ambientais:

- a) Em caso de um agente manter guarda doméstica de espécie silvestre não considerada ameaçada de extinção, pode o juiz, considerando as circunstâncias, deixar de aplicar a pena.
- b) O crime previsto no art. 32 da Lei 9.605 de “Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres” não se aplica a animais domésticos.
- c) Constitui crime fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano, salvo quando feito em festivais tradicionais reconhecidos pelo IPHAN.
- d) Constitui crime contra o meio ambiente a pesca em alto-mar se feita sem autorização do órgão competente.
- e) São penas penais aplicáveis às pessoas jurídicas previstas na lei 9.605 a multa, a prestação de serviços à comunidade, a suspensão total de atividades; interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade, mas não a proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

30. Sobre a legislação penal extravagante, Lei 11.343/06, marque o item correto:

- a) A Lei 11.343/06 aboliu o crime de posse de substância entorpecente para consumo próprio, na medida em que não mais prevê pena de prisão.
- b) Em hipótese alguma a jurisprudência dos tribunais superiores admite o cultivo de plantas consideradas entorpecente.
- c) A Lei 11.343/06, em decorrência do princípio da autodeterminação, não admite que o juízo determine ao Poder Público que coloque à disposição do infrator, estabelecimento de saúde, preferencialmente ambulatorial, para tratamento especializado.
- d) O STF tem entendido como inconstitucional a disposição da Lei 11.343/06 que dispõe que “As glebas cultivadas com plantações ilícitas serão expropriadas”, por violação o direito fundamento à propriedade privada.
- e) O STJ já decidiu que a importação de poucas sementes de maconha não é suficiente para enquadrar o autor da conduta nos crimes previstos na Lei de Drogas, sob entendimento de ser mero ato preparatório para o crime do artigo 28, parágrafo 1º – impunível, segundo nosso ordenamento jurídico.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31. Sobre o sistema recursal nos Juizados Especiais Cíveis, assinale a única alternativa correta:

- a) Não admite a interposição de agravo de instrumento, apenas contemplando os seguintes meios recursais: apelação, embargos de declaração e recurso extraordinário (mas não o recurso especial).
- b) Não admite a interposição de agravo de instrumento, apenas contemplando os seguintes meios recursais: recurso inominado, embargos de declaração, recurso extraordinário e recurso especial.
- c) Não admite a interposição de agravo de instrumento, apenas contemplando os seguintes meios recursais: recurso inominado, embargos de declaração e recurso extraordinário (mas não o recurso especial).
- d) Admite sem restrições a interposição de agravo de instrumento, além dos seguintes meios recursais: recurso inominado, embargos de declaração, recurso extraordinário e recurso especial.

e) Contempla os seguintes meios recursais: recurso inominado, embargos de declaração, recurso extraordinário (mas não o recurso especial) e, em situações excepcionais, também o agravo de instrumento.

32. Ao oferecer contestação à ação ajuizada contra Tício, o advogado deste arguiu, preliminarmente, a exceção de contrato não cumprido, assim justificando o descumprimento, por seu cliente, da obrigação que lhe era imposta na avença: também o autor não cumprira a sua obrigação. Nesse contexto:

- a) É correta, sob o ponto de vista técnico, a alegação da exceção de contrato não cumprido como preliminar de contestação, visto que o princípio da concentração da defesa na contestação impõe que todas as modalidades de defesa (inclusive exceções, tais como as de impedimento, de suspeição, de prescrição e de contrato não cumprido) integrem o corpo dessa peça processual.
- b) É correta, sob o ponto de vista técnico, a alegação da exceção de contrato não cumprido como preliminar de contestação, visto que o princípio da concentração da defesa na contestação impõe que todas as modalidades de defesa (ressalvadas as exceções de impedimento e de suspeição) integrem o corpo dessa peça processual.
- c) Em que pese o engano do advogado do autor, não haverá prejuízo para a parte, visto como todas as preliminares de contestação devem ser conhecidas de ofício pelo juiz.
- d) É incorreta, sob o ponto de vista técnico, a alegação da exceção de contrato não cumprido como preliminar de contestação, visto que as preliminares de contestação são defesas indiretas, de natureza formal, vale dizer, de caráter processual, elencadas no rol do artigo 337, CPC, ao passo que a exceção de contrato não cumprido é defesa substancial, atinente ao próprio mérito da causa.
- e) Embora incorreta, sob o ponto de vista técnico, a alegação da exceção de contrato não cumprido como preliminar de contestação, nenhuma diferença importará, caso venha a ser acolhida, em relação à natureza da sentença respectiva, quando confrontada com a sentença que acate uma das preliminares do art. 337, do Código de Processo Civil.

33. Suponha-se um contrato de locação entre um sindicato de trabalhadores rurais, na condição de locador, e uma pessoa natural, na condição de locatária, tendo como objeto um imóvel residencial urbano pertencente ao aludido sindicato. Inadimplente há muitos meses, o locatário não somente deixou de efetuar a quitação das mensalidades devidas, como também se mostrou avesso a qualquer solução autocompositiva da questão, obrigando o sindicato a judicializar o litígio. Isto posto:

- a) É lícito dizer que a legitimação das partes é ordinária, pelo simples fato de ser o réu uma pessoa natural, não se podendo conceber a existência de legitimação extraordinária quando qualquer das partes detém essa condição.
- b) É lícito dizer que a legitimação efetivamente é ordinária no polo passivo, mas extraordinária no polo ativo da relação processual, haja vista tratar-se de um sindicato atuando no processo na qualidade de demandante.
- c) É lícito dizer que no caso se vislumbra hipótese que não se refere à legitimação (ativa ou passiva, ordinária ou extraordinária) mas sim à capacidade processual e, particularmente, à capacidade de estar em juízo, atuando o sindicato como representante processual de seus filiados, verdadeiros titulares do domínio do imóvel.
- d) É lícito dizer que no caso se vislumbra hipótese que não se refere à legitimação (ativa ou passiva, ordinária ou extraordinária) mas sim à capacidade processual e, particularmente, à capacidade de ser parte no processo, reconhecida, em nossa ordem processual apenas às pessoas naturais e às pessoas jurídicas.
- e) É lícito dizer que se cuida de legitimação ordinária, assim do autor como igualmente do réu, visto como um e outro litigam em nome próprio, por direito próprio.

34. No que concerne à petição inicial no juízo cível de primeiro grau, é apenas correta a afirmação de que:

- a) Ou será recebida ou será determinada sua emenda, sob pena de indeferimento, ou, enfim, será indeferida de plano, mas nunca poderá o juiz conhecer e julgar o mérito da causa, antes de ouvido o réu, em respeito ao direito processual fundamental ao contraditório.
- b) Seria correta a afirmação constante do item *a*, desde que feita a ressalva de que o contraditório pode ser diferido, isto é, adiado, nas situações de tutela de urgência (mas não nas hipóteses de tutela de evidência).
- c) Seria correta a afirmação constante do item *a* – se feita a ressalva de que o contraditório pode ser diferido, isto é, adiado, nas situações de tutela de urgência e, igualmente, de tutela de evidência.
- d) Não seriam corretas, em qualquer caso, as afirmações dos itens *b* e *c*, porque a liminar *inaudita altera parte*, na dicção do vigente Código de Processo Civil, somente é cabível, nas tutelas antecipada e cautelar, quando postuladas sob forma antecedente.
- e) Nenhuma das respostas anteriores está correta, porque é concebível situação de recebimento da petição inicial, porque satisfeitos os pressupostos respectivos, mas com imediata prolação de sentença de mérito e julgamento de improcedência da ação.

35. Caio ajuizou ação contra Tício, com pedido de condenação do réu ao cumprimento de obrigação de fazer, contratualmente imposta, manifestando desde logo seu desinteresse na realização da audiência de conciliação ou mediação. Citado, o réu compareceu à audiência, no dia, hora e local designados. Isto posto, assinale a alternativa correta:

- a) Eventual ausência do autor implicará simplesmente a não realização da audiência referida, abrindo-se o prazo para o réu contestar, porquanto não pode o autor que repudiou a ideia de solução consensual ser constrangido a comparecer ao ato.
- b) A única hipótese em que audiência deixa de ocorrer se dá quando ambas as partes se manifestam, oportunamente, em sentido contrário à sua realização.
- c) Sempre que possível, a audiência será presidida por mediador, quando existente entre as partes vínculo ou relação anterior, ou por conciliador, se inexistente esse prévio relacionamento, devendo o acordo ser posteriormente homologado pelo juiz.
- d) Se o réu não deseja a realização da audiência em questão, para a qual foi citado, deve declará-lo de forma expressa na contestação, sob pena de preclusão.
- e) Sempre que possível, a audiência será presidida por conciliador, quando existente entre as partes vínculo ou relação anterior, ou por mediador, se inexistente esse prévio relacionamento, devendo o acordo ser posteriormente homologado pelo juiz.

36. No que respeita à interposição dos recursos extraordinário *stricto sensu* e especial, assinale a alternativa correta:

- a) Quando pretenda discutir questão de natureza simultaneamente federal e constitucional, o recorrente tem o ônus de optar por uma das duas espécies recursais referidas, não lhe sendo permitida a interposição de ambas, em face do princípio da singularidade recursal, salvo se o recurso especial não for admitido.
- b) Quando existe multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais, com fundamento em uma mesma questão de direito, tem-se hipótese de julgamento de recursos repetitivos, selecionando-se alguns para apreciação e sobrestando-se os demais até que aqueles sejam decididos, para posterior aplicação da tese jurídica firmada a todos os que restaram suspensos.
- c) Se interpostos simultaneamente, serão os autos primeiramente remetidos ao Supremo Tribunal de Federal, para apreciação do recurso extraordinário, somente julgando-se o recurso especial pelo Superior Tribunal de Justiça caso não resulte prejudicado, no todo ou em parte.
- d) Da decisão de inadmissão do recurso extraordinário ou do recurso especial, proferida no tribunal de segunda instância, de origem, cabe agravo de instrumento, dirigido diretamente às cortes superiores.

e) Da decisão de inadmissão do recurso extraordinário ou do recurso especial, proferida no tribunal de segunda instância, de origem, cabe agravo interno, visto que se cuida de decisão monocrática ou unipessoal.

37. Em relação à Instituição do Ministério Público, no que se refere, especificamente, à sua atuação na jurisdição civil, apenas é incorreto afirmar que:

- a) Legitima-se ao ajuizamento da ação de anulação de casamento, quando a causa de pedir for o erro essencial quanto à pessoa do cônjuge.
- b) Legitima-se ao ajuizamento da ação de cancelamento de naturalização, quando fundada em prática de atividade nociva ao interesse nacional.
- c) Legitima-se ao ajuizamento da ação de declaração de ausência.
- d) Atua (I) como autor, na condição de titular da ação civil pública; (II) como fiscal da ordem jurídica, conforme previsão legal; (III) como réu, em caráter excepcional.
- e) Nas ações coletivas, sua legitimação é, em regra, concorrente e disjuntiva.

38. Cuidando-se de intervenção de terceiros, apenas é lícito afirmar que:

- a) À vista da supressão da modalidade de intervenção denominada *oposição*, de que cogitava a codificação processual revogada, já não é possível – a quem pretenda, no todo ou em parte, a coisa ou direito sobre que controvertem autor e réu – impugnar a pretensão de ambos simultaneamente.
- b) Apesar da supressão da modalidade de intervenção denominada *nomeação à autoria*, de que cogitava a codificação processual revogada, ainda se admite que o réu alegue, na contestação, sua ilegitimidade *ad causam*, indicando, sempre que possível, o verdadeiro sujeito passivo da relação jurídica discutida.
- c) Transitada em julgado a sentença no processo que interveio, o assistente – simples ou litisconsorcial – este se vincula ao que restou decidido definitivamente, não mais lhe sendo permitido discutir, em outro processo, a justiça da decisão.
- d) Em tema de denúncia da lide, admite-se uma única possibilidade de denúncia sucessiva, bem como assegura-se a livre opção do denunciante pela denúncia *per saltum*.
- e) A desconsideração da personalidade jurídica pode ser determinada pelo juiz, a requerimento da parte ou do Ministério Público, mas somente na fase de cumprimento de sentença.

39. Em se tratando de competência na jurisdição civil brasileira, apenas está correta a afirmação de que:

- a) Esta se determina no momento em que a petição inicial é distribuída, fixando-se inalteravelmente, por força do fenômeno da *perpetuatio iurisdictionis*, que impede quaisquer modificações posteriores.
- b) No âmbito da competência jurisdicional federal, a incompetência será sempre relativa, não se cogitando de incompetência absoluta em razão de ser a jurisdição comum compartilhada entre juízes federais e juízes estaduais.
- c) A arguição da incompetência será feita mediante exceção, em petição distinta da contestação, no prazo improrrogável de quinze dias, salvo quando for hipótese de que o juiz deva conhecer de ofício, caso em que a alegação de incompetência escapa à preclusão.
- d) Intervindo a União em processo que tramite perante juízo estadual, os autos serão remetidos ao juízo federal competente, ressalvadas as causas submetidas aos juizados especiais.
- e) Compete ao juízo federal comum de primeiro grau o conhecimento das causas que tenham como partes Estado estrangeiro em face de pessoa, ainda que estrangeira, residente ou domiciliada no Brasil.

40. Tratando-se de revelia e de suas consequências no processo, apenas é incorreta a afirmação de que:

- a) Em sendo revel o réu preso, o juiz nomear-lhe-á curador *ad litem*, recaindo a função sobre defensor público, onde houver.
- b) Em caso de pedido parcialmente incontroverso, o juiz proferirá julgamento antecipado parcial do mérito, mediante sentença, prosseguindo-se apenas em relação à parte controvertida da causa.
- c) A intimação do revel será, a partir da revelia, feita através de simples publicação no diário oficial, desde aí passando a fluir os prazos processuais.
- d) Não se produzirá o efeito material da revelia se, em litisconsórcio passivo unitário, algum dos réus oferecer contestação tempestivamente.
- e) Vencido, poderá o revel apelar da sentença, não lhe sendo a revelia obstáculo à manifestação de seu inconformismo.



**Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Ceará
Comissão de Recrutamento e Seleção de Estágio**

Gabarito Rascunho									
DIREITO CONSTITUCIONAL									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
DIREITO PROCESSUAL PENAL									
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
DIREITO PENAL									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
DIREITO PROCESSUAL CIVIL									
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

CANDIDATO

INSCRIÇÃO